

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: Amaz./Internac
 Data 15/08/93 Pg.: 2 117

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Ainda a Amazônia

Os desmentidos do embaixador norte-americano quanto ao sentido da presença de tropas de seu país na fronteira amazônica brasileira eram mais que previsíveis. Idem as ponderações do ministro da Aeronáutica, Lélío Lobo, buscando minimizar a denúncia.

Nem podia ser de outra forma. Espantoso seria se ambos confirmassem o que o Estado-Maior do Exército informou à Câmara, em sessão secreta, quinta-feira passada, repetindo o que já havia feito na véspera ao Conselho de Defesa Nacional, no Palácio do Planalto. Em ambas as oportunidades, foram exibidos documentos convincentes.

Não significa, porém, que se esteja temendo uma invasão bélica norte-americana. Ninguém chegou a cogitar disso. Não será certamente através de invasão militar que a cobiça econômica sobre a Amazônia se consumará. Nada mais antigo e anacrônico. E nada mais oneroso. Há meios bem mais baratos e eficazes — e sem efeitos colaterais negativos diante da opinião pública mundial — de se chegar ao mesmo resultado.

E esses meios estão em curso já há algum tempo. A mídia tem sido o instrumento dessa estratégia de dominação, sugerindo que os brasileiros são incapazes de cuidar do meio ambiente. (embora curiosamente possuam o maior e o menos danificado patrimônio ambiental do mundo) e menos ainda de dele extrair em prol da humanidade todos os benefícios potenciais existentes. Argumento semelhante ao utilizado em relação ao petróleo árabe...

Desde o fim do regime militar, registra-se uma considerável queda dos orçamentos destinados às Forças Armadas. Essa queda substancial de receita resultou — vem resultando — em drástica redução de mão-de-obra, corte de programas importantes e sucate-

amento de equipamentos. Como a dureza é geral, em face da recessão, só os setores que possuem lobby político competente conseguem acrescentar alguma coisa a seus minguados orçamentos. Não é o caso dos militares brasileiros, antipatizados após o fim do regime autoritário.

O Projeto Calha Norte, de defesa da fronteira amazônica, começou a ser fulminado ainda no governo Sarney. E foi inteiramente desativado no governo Collor. O Brasil ficou com as fronteiras desguarnecidas. Algo que não acontece nem em países esfarrapados como a Somália ou a Zâmbia. Na sequência, o governo Collor, sob intensa pressão de entidades ecológicas e religiosas estrangeiras, entregou nove milhões e meio de hectares a cinco mil índios ianomamis e os Estados Unidos iniciaram suas manobras militares em países fronteiriços.

Coincidência ou não, voltou a ser intensamente badalada uma proposta, apresentada pelo Conselho Indigenista Missionário, ao tempo da Constituinte, que emancipa as nações indígenas amazônicas. Isto é, o território ianomami — que possui as dimensões de um país como a Austrália — desvincula-se do Brasil e tornar-se independente, reconhecido pela ONU e em condições de gerir como melhor lhe aprouver as imensas riquezas vegetais e minerais que possui.

Diga-se que o território ianomami é a maior província mineralógica contínua do planeta. Nomes de peso nos EUA de onde parte a campanha, defendem ardentemente essa idéia. Sem dúvida, é um meio bem mais simples e incruento de se obter o domínio de uma das regiões mais ricas da terra. Não é preciso dar um único tiro e, de quebra, posa-se como benemérito dos índios alheios (já que os locais o John Wayne liquidou).